

JORNAL DA TARDE A liberalização econômica como lição da crise

Por mera coincidência os jornais da semana passada traziam notícias de fatos diversos, ocorridos em diferentes pontos do mundo, mas que apresentavam entre si, pensamos nós, um elemento comum.

No Brasil, mais particularmente em São Paulo, quatro dirigentes de poderosas empresas norte-americanas, aqui há muito instaladas, integradas e conhecedoras da vida brasileira mais do que muitos dos nossos próprios patrícios, em reunião promovida pela Câmara Americana de Comércio, faziam exortações ao governo brasileiro para que permita o desenvolvimento no País do que eles chamam de um "modelo econômico competitivo".

28 MAI 1984

Em Detroit, nos EUA, o presidente do Banco Mundial, A. W. Clausen, exortava, por sua vez, os países desenvolvidos, a começar do seu próprio, os EUA, a abandonar o protecionismo, que na sua opinião só está agravando os problemas econômico-financeiros que o mundo atravessa. Um dos seus argumentos a favor de maior liberalização do comércio e das atividades empresariais em geral era o de que "como consumidores todos nós seremos privados dos benefícios dos preços mais baixos para ampla gama de produtos que podem ser produzidos mais economicamente nos países em desenvolvimento. Além disso, teremos de pagar novo preço com o menor crescimento econômico".

Curiosamente, o presidente da IBM brasileira, falando em São Paulo, mostrava como os consumidores brasileiros deixam de beneficiar-se de preços mais baixos de produtos que podem ser produzidos mais economicamente nos países desenvolvidos, mas, graças às reservas de mercado e às restrições às importações, vigentes aqui, sobem de preço para o consumidor brasileiro, ao invés de baixarem, como no resto do mundo.

Em Washington, o principal conselheiro econômico do presidente Reagan, Martin Feldstein, falando também sobre os problemas atuais, observava que não cabe ao governo norte-americano dizer aos bancos privados o que fazer, caso contrário o governo teria de assumir responsabilidade pela decisão, quando o que lhe cabe é "adotar políticas econômicas saudáveis que não tenham repercussões negativas sobre o mercado em geral".

Em última análise, de que estão falando essas diferentes vozes? Estão dizendo às comunidades a que se dirigem e ao mundo em geral que, em sua opinião, para superar as dificuldades atuais e reencontrar o caminho do verdadeiro progresso é indispensável reduzir a intervenção governamental — de todos os governos — na atividade econômica.

Alain Belda, principal executivo da Alcoa no Brasil, talvez tenha sintetizado melhor o pensamento de todos esses observadores ao dizer que no Brasil "nós temos vivido sob o mito de que o desenvolvimento econômico requer que o governo lidere o processo de crescimento".

Os leitores eventualmente influenciados pelas pregações nacionalistas e pelo mito de que os grandes capitalistas mundiais passam todo o seu tempo útil envolvidos em conspirações sobre como impedir o desenvolvimento brasileiro e escravar o nosso povo observarão que até agora estivemos citando pessoas das quais justamente nada mais se pode esperar a não ser exortações desse tipo. Então convém mencionar um dos mais bem-sucedidos empresários brasileiros, que neste exato momento tem também enfrentado com sucesso, no mercado internacional, concorrentes estrangeiros.

Referimo-nos a Jorge Gerdau Johannpeter, que, também na semana passada, em palestra na Associação Comercial de São Paulo, fazia vigorosa defesa da necessidade de reduzir tanto quanto possível a ingerência do Estado na economia: "Hoje, a atividade empresarial assemelha-se a um filho que amadureceu e não precisa mais ser tutelado. O Estado paternalista que arca com tudo, que tudo prevê, é um capítulo encerrado" — dizia ele, refletindo o que provavelmente se passa na cabeça

da maioria dos empresários lúcidos deste país. E advertindo que "quanto mais encargos dermos ao Estado mais recursos ele desviará do sistema produtivo pelo aumento dos impostos". O empresário brasileiro lembra uma máxima antiga, mas esquecida, e revivida nos últimos anos pela lição dos fatos: "O mercado deve comandar todo o processo decisório de investimentos".

Esta lição, de que o mercado pode resolver os problemas econômicos de maneira mais rápida e mais eficiente do que os governos, nunca foi tão bem ilustrada quanto nos últimos anos, quando os países que mais liberdade e autonomia dão às forças dos seus próprios mercados sofreram menos e escaparam mais depressa do furacão da crise: Singapura, Coréia, Formosa, Hong Kong, Japão, etc., países com menos recursos materiais do que quaisquer outros do mundo capitalista, inclusive o Brasil, já deixaram para trás a crise, pode-se dizer, e reencontraram o rumo do crescimento econômico, que nós ainda nem vislumbramos.

Sem dúvida, como assinala o empresário gaúcho, a crise tem sido um elemento de correção do modelo econômico na área empresarial privada: hoje qualquer empresário brasileiro tem muito maior flexibilidade, competência e eficiência do que nos momentos iniciais da crise. O formidável salto nas exportações de manufaturados, sem que o mercado mundial tenha melhorado substancialmente e sem que o sistema de incentivos às exportações se tenha ampliado, apenas revela a enorme e ágil capacidade das empresas privadas de se adaptarem a novas circunstâncias e sobreviverem à adversidade. Em contraste, eis o governo tentando ainda conter o seu déficit e adaptar suas lentas e pesadas empresas à nova situação. Hoje em dia, pode-se dizer que se o Brasil continua sofrendo os efeitos da crise isto se deve essencialmente às dificuldades do setor público de sair dela. Se a economia brasileira fosse predominantemente privada a crise não teria sido tão profunda e há muito a retomada que tanto se busca teria começado. O que a experiência adquirida e consolidada ao longo dos últimos dez anos, pelo menos, demonstra é que o mercado deve liderar o desenvolvimento e ao Estado cabe seguir essa liderança, quando muito cobrindo insuficiências que se apresentem.